

# O Democárcere: a breve ruptura do silenciamento na prisão

## *The Democárcere: the brief break of silencing in prison*

**Gustavo Lucas Higa<sup>1</sup>**

1. Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).  
**gusthiga@gmail.com**

**Resumo:** Este artigo analisa a conjuntura exposta em um jornal organizado e escrito por presos da Penitenciária do Estado, em São Paulo na década de 1980. Essa experiência foi na contra mão da tradição de silenciamento, segregação e ausência de visibilidade característica da prisão. Foi uma das poucas vezes que um ator fundamental, até então negligenciado, exerceu, oficialmente, um direito de fala: o preso, que discorreu sobre a prisão, sobre o mundo de fora e sobre si. É essa “voz” que vamos analisar e posicionar em meio a um conflituoso processo de transição democrática.

**Palavras-chave:** Democárcere; Prisões; Políticas de Humanização.

**Abstract:** This article analyzes the conjuncture exposed in a newspaper organized and written by prisoners of the State Penitentiary in São Paulo in the 1980s. This experience was in the opposite direction of the tradition of silencing, segregation and absence of visibility characteristic of the prison. It was one of the few times that a fundamental actor, generally neglected, officially exercised one right of speech: the prisoner, who talked about the prison, about the outside world and about himself. It is this “voice” that we will analyze and position in the midst of a conflictive process of democratic transition.

**Keywords:** Democárcere; Prisons; Humanization Policies.

## Introdução

A década de 1980 foi um período de mudanças no sistema político no Brasil, momento em que o processo de transição democrática teve início. As expectativas de mudança eram altas, assim como foram muitas as iniciativas para adequar as instituições no modelo político - o democrático - em processo de consolidação e, conseqüentemente, o desmonte do regime anterior - o ditatorial.

A prisão, mecanismo de controle social utilizado, em grande medida, como principal respaldo para as decisões do regime militar, também estava na agenda de reformas. Foi nesse momento que se buscou implantar a chamada *Política de Humanização dos Presídios*, que, em geral, visava situar a prisão na democracia em processo de consolidação e desmontar a tradição de arbitrariedades nesses espaços. Em geral, as propostas visavam enquadrar as práticas na prisão cada vez mais aos cuidados da lei, dos valores democráticos e na perspectiva dos direitos humanos. Um fator foi marcante para os avanços - ou tentativas de avanços - na direção da humanização da pena: a eleição de André Franco Montoro como governador do Estado de São Paulo e José Carlos Dias como Secretário de Justiça.

Em 1983 foi eleito André Franco Montoro como governador de São Paulo, primeiro candidato eleito por voto direto, membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição que o regime militar permitiu existir legalmente<sup>1</sup>.

Montoro tinha amplo apoio do clero progressista, liderado por D. Paulo Evaristo Arns, assim como de intelectuais e políticos de esquerda, que

---

1. Embora fosse uma frente opositora, o PMDB não contava com plena união interna, havendo disputas entre grupos com ideais e interesses diversos. Podemos dizer que no interior do partido existiam dois núcleos de interesse: de um lado, setores da chamada direita e alguns da chamada esquerda-ortodoxa se organizavam em volta da figura de Orestes Quércia; e de outro lado, os chamados progressistas se aglutinavam em torno de André Franco Montoro (VIEIRA, 2005, p.98). Para concorrer às eleições do governo de São Paulo, foi lançada a candidatura de Franco Montoro, tendo Quércia como vice. Tal composição, ao que parece, demonstra uma espécie conciliação de interesses internos ao partido para viabilizar a candidatura.

participaram ativamente das propostas e deliberações para que o projeto da democratização se colocasse em movimento (VIEIRA, 2005).

A Secretaria de Justiça foi chefiada por José Carlos Dias, advogado com experiência junto à Comissão de Justiça e Paz, que teve papel importante na defesa de presos políticos no regime militar. Dias assumiu um cargo extremamente sensível e cheio de empecilhos, sobretudo em um momento de transição democrática.

Nessa gestão a política de humanização nos presídios foi pensada e aplicada em São Paulo. Foi um momento de grande investimento na criação de novas propostas para rede penitenciária; mas, como esperado, as tentativas de reforma não ocorreram sem resistência: logo após o início das reformas, ocorreram reações contrárias de alguns setores, principalmente por parte de políticos e o quadro administrativo dos presídios. O argumento era de que as reformas de “abertura” seriam prejudiciais para a segurança e disciplina nas prisões.

A abertura de canais de comunicação e representação para os presos foi uma pauta importante nas reformas. Trataremos adiante sobre a experiência de um desses canais, cuja ideia inicialmente foi demandada por presos e que posteriormente foi oficialmente aceita pela Secretaria de Justiça.

## O Jornal

Uma das propostas de reforma foi a criação de um jornal autônomo, organizado e escrito por presos, que circularia dentro e fora da Penitenciária do Estado, com aval e patrocínio da Secretaria de Justiça. Analisaremos aqui esse jornal chamado *O Democárcere*, que é um documento interessante em muitos aspectos.

No fim da gestão de José Carlos Dias, em 1986, um grupo de presos mobilizou-se, com o apoio do governo, para produzir um jornal destinado à população da Penitenciária do Estado. A conjuntura política era favorável - apesar de instável - para que demanda fosse atendida. Formou-se então uma equipe administrativa para a produção do jornal<sup>2</sup>, com liberdade editorial, de

**2.** A gestão do jornal era composta por: Abner Guimarães (Editor), Henrique Moreno (Diretor de Redação), J.P.S. de Almeida (Redator), Orlando Moreno (Redator), Valter Aparecido Bruschi (Redator),

agenda e organização das matérias.

A iniciativa foi na contramão da tradição de silenciamento e ausência de visibilidade pública que a prisão mantinha, pois, a proposta abriu um canal de comunicação e expressão que permitiu que parte da “voz” dos presos fosse registrada, e, dessa forma, apresentou algumas impressões do mundo que os cercava, abordando problemas e possíveis soluções.

O conteúdo expressava preocupações com o dia-a-dia dos presos, que na ocasião eram cerca de 1.300 (GOES, 2004). Os temas “intramuros” eram relativos à situação da prisão no Brasil, a precariedade do atendimento médico, a ausência de esportes, a ociosidade, a manutenção da assistência religiosa, a conscientização anti-tabagismo e o incentivo para a união dos presos visando apoio e proteção mútua. Os temas “extramuros” eram voltados a informações sobre campeonato de futebol, sobre o envolvimento da criança e adolescente no crime e, por fim, sobre a situação da mulher na prisão. Veremos com mais detalhes esses itens.

## A “voz” por direitos

O *Democárcere* tinha como proposta constituir um canal de comunicação para veicular ideias, demandas, informações e, acima de tudo, a conscientização dos presos como sujeitos portadores de direitos. O próprio nome do jornal demonstrava sua orientação e o situava no momento político da época: quando a questão era a democracia no cárcere.

Amigo leitor, o nosso jornal tem objetivo construir, e construir também é nosso Lema. Sim, construir. Construir um canal para veicular nossas ideias, a fim de podermos demonstrar à Sociedade que nos segregou no cárcere, que somos seres humanos e sonhamos também com um mundo

---

Ricardo de Souza (Diagramação), Suzana de Barros Freire (Diagramação), Manuel Monteagudo Poza (Diagramação), Milton Luciano (Relações Públicas) e José Luiz da Costa (Datilógrafo). Os colaboradores eram Simeão Lemos, Reny Focheto, Jôca, Roberto de Araújo, Ioshiro Ibusuki, José Isnard Martins, José Alves, Pastor Cyro Coning, Professor J.M Junqueira, Paulo Rogério, Ivanânia Bruschi, Raul Goliffman e Guriatã.

melhor, com uma sociedade justa, que temos as mesmas aspirações, como todos os homens, e que desejamos ser livres (O DEMOCÁRCERE, 1986, p.2, “Editorial”).

No conteúdo das notícias em geral, existe a preocupação em desmistificar a imagem do preso como um “pária sem salvação” e “um monstro anormal”, imagem que diziam ter sido modelada pela própria sociedade. A intenção também foi argumentar sobre o caráter humano do erro e da possível remissão do mesmo, visando apresentar essa ideia não só para a sociedade fora da prisão, mas principalmente para a sociedade dentro dela.

Nosso jornal tem uma missão muito importante: construir uma nova imagem do elemento preso, mostrar nossa face verdadeira, que não é a do réprobo, a do pária, a dos homens sem futuro, sem consciência, mas dos elementos que sempre pagam muito caro pelos erros cometidos (Idem).

(...) esperança de sermos compreendidos em nossos propósitos de bem informar nossos irmãos sofredores que têm recebido tantas cargas de todos os setores da imprensa “parda”, que só se preocupa em assinalar o lado negativo do delinquente, fazendo com que nossa imagem seja sempre a figura distorcida do anti-social (...) (O DEMOCÁRCERE, 1986, p.2, “Injeção de Ânimo”).

Um mecanismo muito utilizado para que essa imagem fosse difundida era a imprensa, principalmente por meio do jornal e rádio. Em várias passagens podemos notar a tentativa de resposta e defesa frente a imprensa que constantemente “demonizava” os presos, assim como insistia em desqualificar e deslegitimar a política de humanização em curso.

Não somos o dono da verdade e nem pretendemos ser, todavia, aspiramos poder apresentar a toda sociedade, uma análise feita no vasto mundo do crime, onde a verdade será encontrada por você, leitor que está habituado a

receber informações de fontes ligadas diretamente ao problema (...) (idem, p.4, “Mundo do Crime”).

É evidente a forma como a população carcerária revoltou-se devido o acesso aos seus direitos, antigos e novos, em processo de revisão e consolidação, estarem sendo paulatinamente dificultados e muitas vezes destituídos, principalmente por conta das pressões e campanhas anti-direitos humanos (CALDEIRA, 2000). Por esse motivo os editores defenderam a importância de desconstruir algumas representações dos presos dentro e fora dos da prisão.

Por que somos sempre lembrados pelo mal que praticamos no passado, ninguém se importa ou procura saber como é processada a nossa reeducação dentro dos presídios. Quem não errou uma vez na vida? Quem nunca come-teu algum tipo de contravenção? Quem nunca infringiu uma norma legal? Quem errou não merece redenção? A justiça pode servir de instrumento da vingança pública? Não! Será que um indivíduo terá de pagar pelo resto da vida por um erro cometido? Já não bastam os anos vividos na prisão? – Sim. Esta deveria ser a resposta à questão. Será que somos lembrados só nos piores momentos? Será que só servimos de brinquedos nas mãos de maus políticos e radialistas manipuladores da opinião pública? (O DEMOCÁRCERE, 1986, p.4, “Um grito de alerta”).

Segundo os editores, como podemos constatar na passagem acima, essas representações, que muitas vezes destacavam apenas um lado da história, ser-viam principalmente à interesses “jogos” políticos. Veremos em seguida o conteúdo de cada sessão presente no jornal.

## **O dia-a-dia na prisão**

### **Sobre a religião**

No jornal existe a pauta que retrata a importância da presença regular da religião cristã<sup>3</sup> na prisão, assim como o apelo para a conscientização de que

3. A prática mais difundida na prisão no período era de vertente cristã, Católica e Neopentecostal,

cristo em breve voltaria, e, portanto, era necessário frequentar os cultos religiosos buscando a salvação. O texto indica que a prática religiosa nos presídios estava em baixa, não apenas pela pouca adesão, mas também pela ausência de incentivo e investimento por parte da administração penitenciária. A demanda clamava pela imediata assistência religiosa, pois seria um fator fundamental para a reabilitação, transformação e libertação do homem preso.

O DEMOCÁRCERE faz um apelo às dignas autoridades deste Instituto Penal, no sentido de que se examine a questão do funcionamento regular das atividades religiosas tradicionais. (...)

Sugerimos que as duas diretorias a de Reabilitação e a de Segurança, harmonizem-se no sentido de viabilizar os lugares e os horários destinados a cada forma de prestação de culto a Deus (O DEMOCÁRCERE, 1986, p.7, “A propósito dos cultos”).

### **Sobre o fumo**

Uma das preocupações era a saúde do preso. Sabia-se que o atendimento hospitalar era precário, muitas vezes sequer existente. A questão do tabagismo era marcante na prisão: a maioria dos internos fumavam cigarros. Um dos textos é informativo sobre o caráter nocivo do cigarro e suas consequências para a saúde tanto do fumante quando a dos que estavam no ambiente.

A bem da verdade, já ficou bem claro que o hábito de fumar é nocivo à saúde, já amplamente demonstrado através de muitas pesquisas mundiais. Mas, infelizmente e lamentavelmente, o povo em sua maioria continua fumando. (...)

Prezados leitores, esperamos haver dado nossa humilde contribuição no

---

apesar de haver atividades minoritárias de outros cultos religiosos. O Democárcere não nos apresenta registros dessas outras práticas.

combate ao tabagismo. Aceitamos cartas e sugestões para esse assunto, que considero de grande importância para a nossa saúde e daqueles que estão ao nosso redor (idem, p.10, “Fumar: um vício ou um hábito?”).

### **Sobre o trabalho e a ociosidade**

Argumentou-se a importância não só do trabalho em si, assim como as formas e condições do mesmo. O maior problema, além da ociosidade, seria a situação financeira do preso, que, em geral, era muito precária. Não havia condições de sustentar minimamente os familiares que estavam fora da prisão, o que tornava o quadro desesperador, pois esses mesmos familiares com poucos recursos é que auxiliavam financeiramente. Tendo isso em mente, o jornal fez o apelo por uma atividade remunerada para que o preso pudesse sustentar-se sem ajuda externa, fazendo valer dessa forma um direito.

Tendo observado o problema do trabalho existente nesta Casa e sentindo na pele o angustiante clima de ociosidade que reina no ambiente, decidimos escrever este artigo para externar uma ideia que não é apenas nossa, mas de todos: a falta de trabalho para os internos (idem, p.14, “Trabalho para todos”).

Um dos maiores problemas dessa Penitenciária e, pelo que nos consta, de todo o Sistema, é que nessa década as prisões se transformaram num “Paraíso de Ociosos”, como qualquer burro sabe, é um inferno (idem, p.15, “Crítica”).

### **Sobre o esporte**

Uma coluna trata de modalidades esportivas, tanto dentro quanto fora da prisão. As que se referem ao esporte fora da prisão são notícias gerais do andamento do campeonato de futebol com informações sobre times, classificação no campeonato, número de gols, atletas e etc. Sobre o esporte dentro da prisão, existe a demanda por mais atividades esportivas além do futebol, como, por

exemplo, vôlei, basquete, corrida de fundo, xadrez, dama e etc. Dessa forma, a dinâmica interna seria otimizada e a ociosidade seria combatida (idem, p.11, “Futebol: prato único?”).

## **Em defesa da humanização e das Comissões de Solidariedade**

O principal símbolo das políticas de humanização dos presídios foi a experiência de um canal de comunicação e representação oficial de presos no sistema penitenciário paulista; essa instituição foi chamada de Comissões de Solidariedade, que começaram a operar em março de 1983 (HIGA, 2017; ALVAREZ, SALLA E DIAS, 2013).

De acordo com o estatuto, as comissões funcionavam, em linhas gerais, da seguinte forma: os presos representantes seriam eleitos por voto direto partindo dos demais presos, mas somente se apresentassem bom comportamento e disposição para cooperar com a administração. Seriam os porta-vozes dos demais e possuiriam algumas responsabilidades; entre elas, representá-los, transmitir informações e demandas, reportar a situação de todas as pessoas, lugares, higiene, condições de habitação e solicitar transferências tanto de presos quanto de funcionários, tudo encaminhado diretamente para Secretaria de Justiça, que avaliaria as petições e decidiria os procedimentos.

Após algumas semanas, uma parcela do setor político iniciou reações contrárias à existência das comissões e ao programa “humanizador” como um todo, em uma tentativa de deslegitimá-lo. A imprensa foi o suporte para intensificar e mediar as disputas em torno do caso (GOES, 2004; HIGA, 2017).

A justificativa para a obstrução de tal programa era de que as “liberdades” e “regalias” afrouxavam a rigidez penal e estimulavam a organização interna de facções criminosas. Gerou-se um rumor que articulou de forma conflituosa os envolvidos: a denúncia da organização *Serpentes Negras*, que, segundo o delator, era um grupo criminoso organizado que se infiltrou nas Comissões de Solidariedade e agia por meio delas. O objetivo de tal facção seria o controle do sistema penitenciário paulista (HIGA, 2017).

O ponto polêmico da acusação foi o vínculo entre as comissões e as

“serpentes”, funcionando como um forte incentivo para deslegitimar as políticas de humanização. A população carcerária imediatamente revoltou-se com tal acusação, alegando que era clara a tentativa de acabar com os avanços que tinham conseguido do ponto de vista dos direitos.

Em 84 em uma atitude claramente política, usando a penitenciária como arma de conspiração, alguns membros do judiciário, muitas outras autoridades e também componentes da imprensa, querendo desestabilizar a política humanística e reformadora que se estabelece em todo o país a partir de 82, teceram e engendraram severas críticas ao Executivo. Denunciando que, por convivência do Executivo, se estavam formando na Penitenciária do Estado varias organizações para fins criminosos. Denúncia esta maquinada diabolicamente e jamais comprovada pelos seus pretenciosos denunciante (idem, p.5, “Quem está se beneficiando com o problema carcerário”).

Não entraremos em detalhes sobre o caso das “serpentes”, mas é importante ter em mente essa situação conflituosa de “troca de acusações” para situar o momento em que o jornal estava circulando, pois, lembremos, ele era um canal de comunicação e expressão dos presos, que manifestavam suas posições acerca da realidade do cárcere. Esse evento, ocorrido dois anos antes da publicação do jornal, gerou muita instabilidade.

O atual sistema penitenciário tem sido abalado pela avalanche de notícias negativas acerca de certos crimes bárbaros perpetrados contra a sociedade por alguns maníacos e esses crimes tem sido causa de uma série de generalizações por parte dos defensores da própria moral pública (idem, p.4, “Mundo do Crime”).

Uma das matérias publicadas abordou justamente a situação das Comissões de Solidariedade, cobrindo o evento da segunda eleição de representantes na Penitenciária do Estado. O texto demonstra a importância desse programa implantado por José Carlos Dias e seus benefícios, como mediar e

as relações entre os presos e entre a administração, representação direta, canalização e exposição de demandas e etc.

Algumas passagens do texto deixam evidente que se tratava de uma tentativa de defesa das duras críticas que o programa vinha recebendo, como podemos notar no próprio título da matéria: “Comissão de Solidariedade, um mal que veio para o bem. As críticas, as conquistas e as experiências de um grupo que esquece de si para lutar pelos interesses da massa carcerária” (idem, p.8, “Solidariedade”)<sup>4</sup>.

A política de humanização dos presídios, implantada pelo Excelentíssimo Governador do Estado, Prof. André Franco Montoro, e também pelo Secretário de Justiça, Dr. José Carlos Dias, está mostrando que qualquer ser humano, desde que apoiado e respeitado por pessoas idôneas, tem condições de mostrar seu lado bom, tem condições de progredir e tem condições de ser útil a qualquer sociedade (idem, p.5, “Chega de piche”).

## O mundo do crime

### A criança e adolescente no crime

Abordando o tema dos jovens em conflito com a lei, o jornal problematiza as estratégias do poder público para lidar com esse problema, e mais, acusa esse mesmo poder de negligência e responsabiliza a sociedade por abandono, sendo a juventude abandonada um fruto da sociedade.

Nos dias que correm, o problema do menor abandonado vem-se constituindo em um dos mais terríveis espinhos encravados na moral de cada um, especialmente na moral política do nosso País e dos nossos governantes. (...)

O PROBLEMA DO MENOR NÃO É UM PROBLEMA DO MENOR, é problema de

---

4. Para mais informações acerca das Serpentes Negras e Comissão de Solidariedade, consultar HIGA, 2017.

todos aqueles que se consideram adultos, e, em última análise, um problema nosso, de todos os brasileiros responsáveis (idem, p.6, “O menor nosso de cada dia”).

Continuam, ainda, que na grande maioria das vezes esse abandono se reflete nas escolhas e trajetória de vida do jovem, pois, sem muitas oportunidades de amparo, acaba tendo nas instituições penais a experiência de aprendizado e iniciação no mundo do crime como um meio de vida e sobrevivência. Todas as oportunidades de acesso e inclusão social – como ensino, lazer, cultura e etc – foram negadas, exceto a “oportunidade” de inclusão no sistema penal.

(...) “presidiário” que um dia foi menor, quase sempre desamparado e conhece o quanto são boas as “escolas Febens” que dão o pré-ensino aos bandidos-mirins que fatalmente virão atingir o último grau do aprendizado nas penitenciárias do Brasil (idem, p.6, “Menor: um problema insolúvel?”).

Após enunciada a importância do tema, concluem haver a necessidade imediata de maior atenção ao problema por parte da sociedade e, principalmente, por parte dos dirigentes governamentais.

Entra Governo, sai Governo, mas a política a tal respeito continua a mesma: mais presídio, mais presídio, mas nenhum governante parece ter coragem de meter seu machado na raiz do problema, isto é, procurar investir no menor abandonado, no menor carente, no menor delinquente e em todos os demais que vivem sob os mais diversos rótulos congêneres. (...)

Nós acreditamos que a culpa é de todos. Não devemos esquecer-nos de que a criança é, ainda, a nossa moeda mais forte (idem, p.6, “A criança ainda é nossa moeda mais forte”).

## Sobre a mulher

Analisando a situação da mulher no sistema penitenciário, argumentam que existe uma grande precariedade e abandono nesse setor. A notícia discorre sobre a desigualdade de oportunidades, machismo, diferença de tratamento e acesso a direitos, como por exemplo, o de receber visita conjugal.

Segundo a reportagem, nas penitenciárias femininas as visitas íntimas seriam proibidas, sendo a principal justificativa a possibilidade de gravidez, e, além, se fosse o caso, a administração penitenciária não teria como lidar com a situação da gestante e do recém-nascido no espaço da prisão. Para sanar esse tratamento desigual, o jornal se posiciona argumentando que a administração penitenciária deve tratar de forma igualitária, homens e mulheres, dando apoio para as visitas conjugais e distribuindo anticoncepcionais (idem, p. 13, “A mulher no sistema”). Muito mais do que uma análise ou denúncia, a notícia pretende abrir espaço para iniciar uma discussão ampla sobre a mulher na prisão.

Nesta nossa 1ª Edição procuramos nos lembrar do que de mais importante deveríamos colher e atribuir espaço em nosso Jornal.

Partindo desse princípio dividimos o Jornal em 16 páginas, atribuindo a VOCÊ MULHER, sem distinção de raça, cor, credo, estado civil, partido político, classe social, exercício ou nível cultural, que queira participar conosco nesse trabalho, que pretendemos levar avante com toda a seriedade, enviando-nos suas opiniões para serem publicadas, sejam elas críticas, de sugestões, ou simplesmente falando. Todas serão bem recebidas por nós, sem nos importarmos com a função que você ocupe na Sociedade (idem, p. 13, “Mulher”).

Por fim a equipe saúda a deputada Ruth Escobar, intitulada “a primeira Dama do Teatro Brasileiro”. A deputada vinha realizando projetos de disseminação cultural na prisão por meio do teatro e era vista pelos detentos como um dos maiores símbolos femininos da luta pela igualdade da mulher (idem, p.13, “Ruth Escobar”).

## Em defesa da união

A característica mais marcante do conteúdo do jornal é uma espécie de apelo para a tomada de consciência, que orientaria os presos a se unirem em solidariedade e proteção mútua para fazer frente às falhas e arbitrariedades das práticas no interior da prisão. Conforme vimos, o jornal era direcionado não apenas para um público em geral, mas principalmente para os presos, pois era, além de tudo, um canal de informação para eles mesmos. Chamaram a atenção para um problema estrutural da prisão que desenvolve muitos outros: a superlotação. O jornal chama a atenção para esse agravante, informando que, caso as autoridades não tomassem uma atitude a esse respeito, seria da alçada deles, dos presos, se organizarem para compor melhores condições de vida.

A superlotação carcerária é apontada como responsável pela situação em que se encontram as cadeias públicas e os presídios da Capital e do interior (idem, p.12, “Semi-aberto na penitenciária”).

Além de tudo, o jornal expõe uma reflexão sobre o papel dos presos na disciplina e pacificação interna. Segundo a notícia, os internos estavam agindo, na esteira das políticas de humanização, para que o ambiente da prisão se tornasse mais seguro e pacífico tanto para eles quanto para os funcionários.

Nunca a Penitenciária do Estado se encontrou como se encontra agora, a disciplina é exemplar, não mais se veem destruições entre companheiros, como ocorria em tempos passados, não muito distantes. Parece que a população carcerária descobriu que não adianta nos destruímos entre nós mesmos e o que precisamos é nos unir cada vez mais, a fim de mostrarmos à sociedade que somos gente, que pensamos, como seres humanos, que queremos um dia viver normalmente junto a esta sociedade que hoje nos critica (idem, p.5, “Chega de Piche”).

O argumento era de que, ao que parece, em meio ao ambiente hostil e insustentável da prisão, ainda existiam rígidos códigos de conduta que eram aplicados

por e entre presos para manter a ordem interna; tarefa que o poder público não conseguia realizar de forma eficiente sem apoio.

(...) até mesmo os presos repudiam certas atitudes praticadas por marginais e não é segredo de ninguém que certos delinquentes, quando são mandados ao cárcere, são submetidos a um segundo julgamento, onde o próprio encarcerado representa todos os papéis da Justiça e, se as ações do delinquente estiverem fora de um determinado campo de tolerância, este será condenado também pelos seus iguais, ficando provado assim que, se dependesse da participação da população carcerária para baixar o índice de crimes violentos, esta espécie de dolo não existiria mais ou, se existisse, seria atributo de personalidades psicopáticas, auto programadas para esse fim (idem, p.4, “Mundo do crime”).

O artigo intitulado “Vamos dar as mãos” talvez seja o que mais represente a reivindicação por união entre os presos. Nele, relatou-se as dificuldades que enfrentaram em para efetivar a produção e circulação da primeira edição do jornal. A expectativa era a de continuidade das publicações.

Acreditaram na nossa força e no nosso equilíbrio e estão nos apoiando, cientes de que sempre estamos dispostos a dar as mãos em torno de todo objetivo que possa de alguma forma construir ou ajudar na construção do nosso futuro, por isto querem participar desta corrente. E nós estamos felizes, porque depois de tanta luta teremos as nossas edições regularmente e o nosso jornal oficializado pelas mais altas autoridades do Estado. E para que isto tenha êxito completo, temos apenas de continuar de mãos dadas, como sempre. A todos, o nosso muito obrigado (idem, p.2. “Vamos dar as mãos”).

Foram muitas as reações contrárias à política de abertura e humanização. A justificativa era de que as “liberdades”, “regalias” e “afrouxamento punitivo” eram inadmissíveis para os “bandidos”, e, ainda, que as reformas propiciariam o incentivo, fortalecimento, estruturação e organização ainda maior da

criminalidade. Esse período gerou debates acalorados e muitos se posicionaram contra as medidas de humanização. Ao contrário das expectativas dos editores, *O Democárcere* contou com apenas o primeiro e único volume, sendo encerrado logo depois, provavelmente como uma consequência dessa disputa.

## **Em memória do Groupe d'Information sur les Prisons (GIP)**

Michel Foucault (1956 – 1984) tornou-se referência nos estudos prisionais principalmente após a publicação de *Vigiar e Punir* (1975). Grande parte do livro foi resultado de sua participação na mobilização que deu origem ao Groupe d'Information sur les Prisons (GIP), em 1971, liderado por intelectuais que se articulavam com o intuito de denunciar e tornar pública as condições degradantes do sistema penitenciário francês.

Após as agitações de maio de 1968, o governo Frances buscou recuperar sua autoridade por meio de diversas medidas repressivas. Entre elas, estavam a dissolução do grupo maoísta da esquerda proletária e a criminalização de manifestações públicas. Muitos ativistas de esquerda foram presos e tiveram contato com os assim chamados presos comuns. Dentro da prisão, as lutas políticas travadas pelos presos comuns foram intensificadas com o auxílio dos “novos presos militantes”, desencadeando uma série de motins. Essa experiência chamou a atenção de alguns intelectuais mais engajados politicamente. Nesse contexto, surgiu o GIP, tendo como idealizadores: Jean-Marie Domenach, Michel Foucault e Pierre Vidal-Naquet.

A postura intelectual de Foucault pretendia escapar às formas tradicionais de mobilização política que os marxistas de esquerda desempenhavam até então. Não pretendia ser uma espécie de intelectual “porta voz”, um líder esclarecido que dizia como proceder frente às opressões. A proposta era, ao contrário, criar condições e possibilidades para que o preso pudesse falar por si mesmo, como entendia a realidade em que vivia sob sua própria perspectiva. Para o autor, os discursos formulados na academia seriam mais qualificados levando-se em conta também o discurso daqueles que se encontram nas “pontas”, diretamente envolvidos. Ou seja, ao falarmos sobre as condições da prisão e dos presos, deveríamos escutar também o que eles próprios têm a dizer (SCAVONE, ALVAREZ, MISKOLCI, 2010).

Para tanto, um dos métodos era colher depoimentos dos próprios presos, escutar as “vozes”, dar visibilidade a eles, e, assim, quebrar a tradição de silenciamento e invisibilidade que eram submetidos. O objetivo não era incitar revoltas e rebeliões, mas sim mostrar que seriam inevitáveis caso a arbitrariedade e desassistência governamental persistissem. A experiência no GIP foi fundamental para orientar grande parte da produção não apenas de *Vigiar e Punir*, mas de todo um campo de investigação sobre a punição na sociedade moderna (SCAVONE; ALVAREZ; MISKOLCI, 2010).

O GIP acreditava que a exposição da realidade seria fundamental para a problematização das condições da prisão, sobretudo sob a ótica de seus participantes. Como vimos, *O Democárcere* tinha objetivos muito próximos ao GIP em relação à abertura de um espaço destinado a registrar as impressões dos presos. A breve menção às atividades e objetivos do GIP se mostra relevante inclusive para pensarmos experiências similares, ainda que em realidades muito diferentes.

## Considerações finais

Não foram todos os presos que participaram do desenvolvimento do jornal, assim como nem todos o leram. Em uma palavra: o jornal não representava o posicionamento dos 1.300 internos da penitenciária, mas, ainda sim, era um espaço legítimo para canalizar opiniões e demandas. O espaço foi utilizado por um setor engajado que procurou, de maneira mais ampla possível, reunir as “vozes” de todos, assim como deixou em aberto propostas de conteúdo para as esperadas edições futuras.

Muito mais do que um jornal para a sociedade fora da prisão, *O Democárcere* parecia estar direcionado à sociedade dentro dela. Notamos um esforço não só por desmistificar a imagem “demonizada” do preso para além dos muros, mas também a chamada para uma espécie de conscientização sobre direitos e, acima de tudo, a união para lidar com os problemas e fragilidades do sistema prisional.

A breve trajetória do *Democárcere* nos mostra uma dimensão da transição democrática paulista, assim como a grande dificuldade de se pensar políticas de abertura e transparência nas prisões sem que ocorram resistências.

Por fim, este artigo também estimula a reflexão sobre outras formas de organização de presos, assim como a difusão da ideia de união e apoio mútuo. No caso estudado, mobilizaram-se para elaborar e publicar um jornal próprio, cujo conteúdo reflete parte das dinâmicas presentes na Penitenciária do Estado, sob a ótica daqueles que tiveram poucas oportunidades para manifestarem suas impressões da realidade. Recuperar na história essa experiência nos serve como valioso material empírico para pensar algumas dificuldades enfrentadas ainda hoje nesses espaços.

\*\*\*

A ideia inicial para este trabalho foi apresentada e discutida em suas ocasiões: no I Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão da Associação Nacional de Direitos Humanos e Pós-Graduação e no IV Encontro Nacional de Antropologia do Direito; ambas em 2015. Agradeço aos comentários e sugestões concedidos na época por Luiz Antônio Bogo Chies (UCPel), Luiz Claudio Lourenço (UFBA), Maria Carolina Trevisan (PUC-SP) e Vitor Blotta (USP).

## Referências

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas, itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991.

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil-Problemas e desafios. **Revista Usp**, n. 9, p. 65-78, 1991.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 62, 2013.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C.; HIGA, G. "Serpentes Negras: fantasma das Comissões de Solidariedade ou precursora do Primeiro Comando da Capital (PCC)?" **Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**, v. especial, p. 185-195, 2014.

BERK, Bernard B. Organizational goals and inmate organization. **American Journal of Sociology**, p. 522-534, 1966.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo**: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Editora Espaço e Tempo, 1987.

DIAS, Camila C.N. **PCC**: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. 2013.  
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1984.

GOES, Eda Maria. **A recusa das grades**: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986. IBCCRIM, 2009.

GOES, Eda Maria. Transição política e cotidiano penitenciário. **História**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, 2004.

HIGA, Gustavo. Serpentes Negras, pânico moral e políticas de humanização nos presídios em São Paulo (1983-1987). Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2017.

HIGA, Gustavo; ALVAREZ, Marcos C.; SALLA, Fernando. Comissão Teotônio Vilela, redemocratização e políticas de humanização em São Paulo. **Revista do Arquivo**, n. 5, p. 111-122. 2017

PAIXÃO, Antônio Luiz. Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso. Cortez Editora, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; DIMENSTEIN, Giberto. O passado não está morto: nem passado é ainda. In: Dimenstein Gilberto. **Democracia em pedaços**: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAMALHO, José Ricardo. **O mundo do crime**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 1, p. 72-90, 2007.

SALLA, Fernando. Considerações sociológicas sobre o crime organizado no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 71, p. 364-390, 2008.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**: 1822-1940. Annablume, 1999.

SYKES, Gresham M. **The society of captives**: A study of a maximum security prison. Princeton University Press, 2007.

HIGA

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da exceção**: política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo. Mimeo, 2009.

**Recebido:** 20/07/2018

**Aceito:** 17/03/2019